

# Servidores debatem teletrabalho e direitos da categoria na live desta segunda, 1º

Os desafios do teletrabalho, os direitos dos servidores e a responsabilidade dos tribunais serão debatidos na próxima *live* do Sintrajud, que acontece nesta segunda-feira, 01 de junho, às 17h30, no [Facebook](#), no [YouTube](#) e aqui pelo *site*. Após mais de dois meses de trabalho remoto, os servidores do Judiciário Federal de São Paulo ainda enfrentam as dificuldades com falta de equipamentos ergonomicamente adequados e estão sujeitos a metas e cobranças que são incompatíveis com a realidade.

O bate papo virtual terá a presença dos diretores Cláudia Vilapiano, da JF/Campinas, Henrique Costa, do TRT-2, e Maria Ires Graciano, do JEF/Capital, que vão conversar sobre suas experiências no regime de trabalho remoto e as iniciativas do Sintrajud para garantir condições de trabalho para os servidores. O diretor Fabiano dos Santos, que integra a coordenação da Fenajufe, também participará da transmissão

Questões como as metas consideradas absurdas que continuam sendo cobradas dos trabalhadores, reorganização de férias, reposição de horas, além da continuidade da falta de estrutura de trabalho dois meses após a migração para o regime de trabalho remoto serão abordadas no bate-papo virtual, a fim de transmitir informes à categoria e dialogar sobre as demandas que vêm surgindo.

O Sindicato defende a manutenção do isolamento social para preservar vidas. Nesse sentido, cabe às administrações garantir as condições para o teletrabalho sem responsabilizar os servidores pela infraestrutura, segurança da rede de dados,

respeitando os limites que as condições objetivas de realização das atividades funcionais no ambiente doméstico impõe. Para a direção do Sintrajud, qualquer recuo das medidas de isolamento social neste momento pode resultar num desastre no estado que tem os maiores índices de contágio, mortes e risco de colapso da rede de saúde. Nas primeiras 24 horas após os anúncios de retomada das atividades econômicas, em particular na capital, São Paulo registrou o número recorde de 6.382 novos casos de covid-19. O estado também já somou 7.275 óbitos, tendo um índice de letalidade (7,2%) maior que o mundial (6,2%), segundo dados oficiais divulgados no portal do Governo do Estado.



Esta será a vigésima quarta *live* realizada pela diretoria do Sintrajud desde o início do isolamento social para contenção do coronavírus. As transmissões acontecem toda segunda-feira, às 17h30, e quinta-feira, às 11h. Os vídeos ficam disponíveis em todos os canais para consulta posterior, mas no momento da *live* é possível tirar dúvidas e trocar experiências.

# Defesa dos direitos dos servidores por meio de ações no STF é tema de live do Sindicato

As iniciativas jurídicas em defesa dos direitos dos servidores foram discutidas durante a vigésima terceira live do Sindicato, que aconteceu nesta quinta-feira, 28 de maio. Com a participação do advogado Rudi Cassel, assessor do Sintrajud em Brasília, e dos diretores Inês Leal e Tarcisio Ferreira, o bate-papo virtual foi um momento para debater e esclarecer dúvidas sobre as ações que buscam reverter no Supremo Tribunal Federal as medidas que atacam direitos.

O advogado iniciou o debate retomando a luta pela incorporação dos quintos para os servidores que exerceram função comissionada ou cargo em comissão no período de 8 de abril de 1998 a 4 de setembro de 2001. No final do ano passado, os servidores tiveram uma vitória importante na reversão do julgamento firmado pela Corte Suprema em 2015, que determinava o corte da parcela. [Em janeiro deste ano, após mais de cinco meses de intensa mobilização, o Supremo proclamou o resultado do julgamento dos embargos no Recurso Extraordinário 638.115](#), afastando o risco de corte imediato dos valores incorporados por decisões judiciais não transitadas em julgado e administrativas. Além de reconhecer o direito à incorporação para os servidores protegidos por decisões com trânsito em julgado.

Rudi Cassel explica que os embargos de declaração representaram uma vitória importante, garantida com a luta política e jurídica. “Se não fosse a atuação dos sindicatos, os quintos já teriam sido cortados em 2015, a partir da decisão do ministro Gilmar Mendes, houvesse decisão judicial

[pela incorporação] ou não”, afirmou o advogado. Para o assessor do Sindicato, a mobilização dos servidores, que participaram do abaixo-assinado organizado pelo Sintrajud e pressionaram os ministros, foi fundamental para garantir a continuidade do pagamento incorporado aos salários.

Durante a *live*, o advogado também falou sobre a tramitação das ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) que questionam a constitucionalidade da Emenda Constitucional 103, a ‘reforma’ da Previdência do Bolsonaro. “A progressividade das alíquotas imposta pela EC 103 é inconstitucional, na prática coloca a possibilidade de que o servidor público pague em tributos até 49,5% do que recebe”, destacou. [O Sintrajud é autor de oito ações judiciais contra a “Nova previdência”](#).

O Sintrajud também acompanha ações contra as medidas provisórias editadas pelo governo federal em meio à pandemia e seus reflexos para os serviços públicos. E vai questionar a Lei Complementar 173/2020, sancionada última quarta-feira, 27 de maio, que socorre estados e municípios de parte das perdas de arrecadação durante a quarentena e congela o salário de todo o funcionalismo público até 2022 ([veja aqui](#)).

“O governo tem dito que o congelamento salarial seria uma cota de sacrifício dos servidores por conta da crise. Nós temos rebatido isso porque, na verdade, esta tem sido uma política permanente dos sucessivos governos e este projeto é um desdobramento desta política, que resulta na perda de poder aquisitivo dos servidores”, afirmou Tarcisio Ferreira.

O dirigente também destacou que ainda em março o Sindicato enviou expediente para as mesas diretoras da Câmara dos Deputados e Senado exigindo que apenas fossem votados projetos relacionados a pandemia, tanto no que diz respeito à saúde pública quanto à garantia de renda, abastecimento e subsistência das pessoas. “Infelizmente, eles fazem justamente o contrário e aproveitam o momento para retirar direitos dos trabalhadores”, concluiu.

Na opinião da servidora Inês Leal, diretora do Sintrajud, as ações judiciais são de fundamental importância, mas é preciso manter a mobilização dos trabalhadores para impedir que direitos históricos sejam retirados. “Cada dia mais é possível ver que há um alinhamento entre o que os governos fazem e as decisões judiciais, garantindo retirada de direitos e não a segurança jurídica, por isso, mesmo atuando junto ao judiciário, não podemos deixar de lado nossa organização e luta”, finalizou.

Durante o isolamento social, a diretoria do Sindicato está realizando transmissões para manter o diálogo sobre temas de interesse da categoria durante o isolamento social. Os bate-papos virtuais acontecem sempre às segundas (17h30) e quintas-feiras (11h), e são transmitidos pelas páginas no [Facebook](#), no [YouTube](#) e também aqui pelo *site*.

Todos os vídeos estão a disposição para quem quiser rever e para quem perdeu. Assista abaixo à íntegra da *live* com o advogado Rudi Cassel.

---

# **Atuação na defesa dos direitos dos servidores será**

# tema de live nesta quinta, 28

Enquanto o país e o mundo passam pela maior crise sanitária e de saúde da história, o governo Bolsonaro e o Congresso Nacional mantêm sua política de precarização dos serviços públicos e retirada de direitos dos trabalhadores. O Sintrajud e outras entidades têm questionado as medidas que atacam direitos no Supremo Tribunal Federal, e para debater e tirar dúvidas sobre estas iniciativas, a diretoria do Sindicato convidou o advogado Rudi Cassel, e assessor do Sindicato em Brasília, para participar da vigésima terceira *live* que acontece nesta quinta-feira, 28 de maio, às 11h, no [Facebook](#), no [YouTube](#) e aqui pelo *site*.

A *live*, que também terá a participação dos diretores Inês Leal e Tarcisio Ferreira, vai tratar da tramitação as ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) que questionam a constitucionalidade da Emenda Constitucional 103 – a ‘reforma’ previdenciária de Bolsonaro, aprovada em 2019 -, e das medidas que visam à redução salarial. [O Sintrajud é autor de oito ações judiciais contra a “Nova previdência”](#).

Além disso, o advogado também vai tirar dúvidas sobre o recurso extraordinário que discute a incorporação dos quintos, as ações contra as medidas provisórias editadas pelo governo federal em meio à pandemia e seus reflexos para os serviços públicos.

Convide seus colegas para acompanhar o bate-papo virtual. Os vídeos ficam disponíveis em todos os canais para consulta posterior, mas no momento da *live* é possível tirar dúvidas e obter esclarecimentos.

---

# **Valdete Severo: “Em momentos de crise é preciso garantir direitos, não retirar”**

“Em momentos de crise sanitária e econômica o Estado precisa garantir direitos, não retirar”, essa foi a forma que a juíza do trabalho Valdete Souto Severo, presidente da Associação Juizes para a Democracia (AJD), encerrou a sua fala durante a participação na vigésima segunda *live* do Sintrajud, que aconteceu na quinta-feira, 21 de maio. Com a participação dos diretores Inês Leal e Tarcisio Ferreira, o bate-papo virtual foi sobre condições e o Direito do Trabalho durante a pandemia.

Para a juíza, a situação brasileira é completamente atípica e chama atenção que em meio a pandemia e recordes no número diário de mortos e infectados, a resposta dos governos seja “a economia não pode parar” e maior retirada de direitos. “O pacto histórico na sociedade capitalista é: vamos seguir vivendo numa sociedade em que se destrói a natureza, que a riqueza será concentrada nas mãos de poucos, mas vamos criar um modelo de organização social que garanta o mínimo para sobrevivência física de quem consegue trabalhar e de quem não tem condição para isso, é o Estado social, mas nem isso está sendo garantido”, afirmou a presidente da AJD.

Para Valdete, um dos grandes problemas é que desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, os ataques a direitos foram sendo naturalizados, aprofundando a precarização do trabalho e tornando possível que em um momento de grave crise a resposta dos governantes seja redução salarial, suspensão de contratos e salário, além de aumento de jornada. “Temos uma realidade em que seria necessário um governo muito mais agressivo em termos de políticas sociais, mas o que vimos acontecer foi justamente o contrário, um

governo que seguiu apostando no desmanche dos direitos sociais”, disse juíza. “As três medidas provisórias editadas [sobre as relações de trabalho durante a pandemia] só retiram direitos e não fazem absolutamente nada para garantir sobrevivência dos trabalhadores”, concluiu.

Ainda na opinião da juíza, a situação é agravada pela falta de garantias por parte do Estado brasileiro, que obriga os trabalhadores mais precarizados a irem às ruas, já que não há políticas sociais que garantam sua sobrevivência durante a quarentena. “Estamos numa situação realmente caótica. Se a gente não se der conta que sem direitos sociais, sem Estado firme, não se enfrenta uma situação como essa, talvez não consigamos nem sair deste momento”, destacou Valdete Souto Severo.

A servidora Inês Leal, diretora do Sindicato, ressaltou que há reservas para o governo brasileiro garantir uma renda para que os trabalhadores possam ficar em casa. “No início da pandemia o governo destinou R\$ 1,2 trilhão para os banqueiros, depois aprovou o “orçamento de guerra”, segue pagando a dívida pública. Ou seja, no meio da pandemia o governo não abre mão de garantir os lucros dos bancos, enquanto os trabalhadores precisam de dinheiro para comer”, afirmou Inês.

Outro aspecto levantado durante o debate, é que no trabalho remoto o funcionário é mais onerado, pois acaba sendo obrigado a arcar com gastos como as contas de água, energia elétrica e equipamentos.

A diretoria do Sintrajud tem atuado para garantir direitos e condições de trabalho para a categoria. “A legislação estabelece que não pode haver distinção entre as formas de trabalho. Por isso, desde sempre defendemos que as administrações deveriam assegurar as condições no teletrabalho, e agora isto fica mais urgente”, afirmou Tarcisio Ferreira, servidor do TRT-2. “Protocolamos requerimentos pedindo suspensão das metas durante a pandemia,



estamos questionando as resoluções dos tribunais que exigem compensação ou criam bancos de horas negativos para os servidores que não estão conseguindo exercer suas funções em teletrabalho, haja vista os problemas pessoais e de falta de equipamentos que já abordamos”, destacou Tarcisio.

## **Lives**

Nesta segunda-feira, 25 de maio, não acontecerá a *live* do Sindicato, por conta da antecipação do feriado de 9 de julho. As transmissões online voltam na quinta-feira, 28 de maio, às 11h, no [Facebook](#), no [YouTube](#) e aqui pelo *site*. Todos os vídeos estão a disposição para quem quiser rever e para quem perdeu. Assista abaixo à íntegra da *live* com a juíza Valdete Souto Severo.

---

**Juíza debate condições trabalho e direitos durante a pandemia na live desta quinta**

# SINTRAJUD EM AÇÃO #22:

COMPARTILHE  
E ASSISTA

## Condições de trabalho e direitos dos trabalhadores na pandemia



**VALDETE SOUTO SEVERO**  
JUÍZA DO TRABALHO E PRESIDENTA DA AJD

**INÊS LEAL**  
Diretora do Sintrajud

**TARCISIO FERREIRA**  
Diretor do Sintrajud

A pandemia de coronavírus mudou a rotina de milhões de pessoas ao redor do mundo, que, para garantir o isolamento social, tiveram que passar a trabalhar de casa, muitas vezes, sem equipamentos ergonomicamente adequados, e ainda utilizando a energia elétrica, internet e telefone de suas próprias residências. As condições de trabalho e direitos dos trabalhadores, especialmente no Judiciário Federal, serão os temas debatidos na 22ª live do Sindicato, que acontece nesta quinta-feira, 20 de maio, às 11 horas.

Para debater o tema, a diretoria do Sintrajud convidou a juíza do trabalho Valdete Souto Severo, presidenta da Associação Juízes para a Democracia (AJD). Valdete é diretora e professora da Fundação Escola da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul, e doutora em Direito do Trabalho pela USP. A transmissão ao vivo também terá a presença dos diretores Inês Leal e Tarcisio Ferreira, servidores do TRT-2.

Ao longo destes dois meses de teletrabalho no Judiciário Federal, a diretoria do Sintrajud tem atuado para garantir direitos e condições de trabalho para a categoria. Ainda em março, o Sindicato protocolou requerimento pedindo a suspensão

das metas durante a pandemia. Também vem sendo cobrado aos tribunais garantia de equipamentos de proteção individual para os servidores que ainda estão realizando trabalho presencial, como os oficiais de justiça e alguns setores administrativos, assim como os terceirizados. Na opinião da diretoria, a prestação jurisdicional deve ser mantida, mas não pode se dar à custa da saúde física e mental dos trabalhadores que asseguram o direito à justiça.

A *live* será transmitida nas páginas do Sintrajud no [Facebook](#), no [YouTube](#) e aqui pelo *site*. Os vídeos ficam disponíveis em todos os canais para consulta posterior, mas no momento da *live* é possível tirar dúvidas e obter esclarecimentos.

---

## **Em live, aposentadas abordam desafios e direitos dos idosos na pandemia**

O cotidiano daqueles que são o setor mais atingido pela pandemia, os idosos, a solidão do necessário isolamento social e o combate às políticas governamentais em curso, foram os temas da *live* do Sintrajud que aconteceu nesta segunda-feira, 18 de maio. O bate-papo virtual, voltado especialmente para os servidores aposentados, pensionistas e pessoas com mais de 60 anos, teve a presença das servidoras Ana Fevereiro (aposentada do TRE e ex-diretora do Sindicato), Ana Luiza Figueiredo (aposentada do TRF-3 e integrante da atual direção), Maria Francisca Rueda (oficiala de justiça do TRT-2 aposentada e representante do segmento no Conselho de Base), além da diretora Luciana Carneiro (servidora do TRF-3).

Durante a *live*, as servidoras destacaram as dificuldades e especificidades do segmento que, em sua maioria, é parte do grupo que pode sofrer mais com as consequências da Covid-19, os maiores de 60 anos. “Esta conversa de hoje é importante porque queremos falar que nossa vida importa, e, infelizmente, o governo Bolsonaro tem usado uma política assassina, contrária ao isolamento, e acha que a solução é isolar apenas os velhos, abandonando-os em casa, e o restante que vá trabalhar. A ciência comprova que não é assim, enquanto não há vacina ou remédio para esse vírus, a única coisa que é possível fazer para garantir a vida é o distanciamento social”, afirmou Ana Luiza Figueiredo.

As aposentadas destacaram as dificuldades do isolamento para os idosos que estão sozinhos em casa. É o caso da servidora Ana Fevereiro, que não sai de seu apartamento desde o dia 14 de março. Para a aposentada, o mais difícil é lidar com a saudade e o afastamento de seus parentes. “A nossa rotina mudou totalmente nos últimos meses e cada um teve que encontrar dentro de si uma forma para suavizar e lidar com a situação, eu fui criando saídas para ficar quietinha dentro de casa: leituras, melhorei na informática e agora consigo fazer transações bancárias do meu computador e conversar com meus amigos, além do artesanato”, afirmou Ana Fevereiro. “É o que chamo de santa tecnologia. Apesar da tragédia temos saídas tecnológicas que nos ajudam”, destacou.

Para Maria Francisca Rueda, neste momento é importante a atenção à saúde mental e valorização dos aposentados. “Nós, aposentados, muitas vezes somos os arrimos da nossa família, ajudamos muita gente, então temos que buscar cuidados para sairmos desta crise mais fortes do que entramos”, ressaltou Maria Francisca.

Durante o bate-papo, as servidoras destacaram a importância dos serviços públicos e o desserviço dos governos que atacam o funcionalismo. “É um momento de duros ataques, que não podemos aceitar de cabeça baixa. Cabe aos órgãos governamentais atuar

na defesa da população e não se aproveitar disso para retirar nossos direitos”, disse Luciana Carneiro.

## **Sintrajud continua à disposição**

A diretora Ana Luiza Figueiredo lembrou aos colegas que, durante este período de isolamento, o Sintrajud está com as atividades presenciais suspensas, mas mantém o atendimento à categoria. Nos últimos dias, os funcionários do Sindicato estão entrando em contato com os aposentados e pensionistas. “Estamos ligando para saber como todos estão, com o objetivo de acolhimento e mostrar que não estão sós, estamos juntos nesta batalha pelas nossas vidas e por todos os demais servidores e servidoras”, afirmou a diretora. O contato também tem o objetivo de atualizar as informações de todos para manter este segmento por dentro das iniciativas da entidade neste período.

Esta foi a vigésima primeira *live* realizada pela diretoria do Sintrajud desde que teve início a quarentena. As transmissões foram adotadas para manter o diálogo sobre temas de interesse da categoria durante o isolamento social. Os bate-papos virtuais acontecem sempre às segundas (17h30) e quintas-feiras (11h), e são transmitidos pelas páginas no [Facebook](#), no [YouTube](#) e também aqui pelo *site*.

---

**Presidente do TST  
desconsidera problemas e diz**

# que digitalização não baixou estatísticas

A presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministra Maria Cristina Peduzzi, participou de *live* sobre “O papel da Justiça do Trabalho durante a pandemia” e defendeu que o atendimento jurisdicional foi preservado de forma remota, com audiências *online*, “preservando a saúde dos juízes, servidores e jurisdicionados”. A transmissão aconteceu no canal do tribunal no YouTube ([veja aqui](#)) nesta quarta-feira, 13 de maio.

Segundo a presidente, mesmo diante da crise sanitária de Covid-19, com as ferramentas tecnológicas existentes, a Justiça do Trabalho busca manter os índices de processos julgados. “Modéstia à parte, estamos obtendo êxito, se compararmos as estatísticas do mês de abril do ano passado e abril deste ano mantivemos uma equivalência com redução mínima dos processos julgados no TST”, afirmou a ministra. “No TST não tem audiência, mas estamos buscando fazer ajustes a partir da reabertura dos prazos”, concluiu Maria Cristina Peduzzi.

As afirmações da presidente desconsideram os problemas vividos no dia a dia pelos servidores, que não tiveram como se preparar para assumir o regime de teletrabalho e, além da falta de equipamentos e móveis ergonomicamente adequados, enfrentam dificuldades para conciliar os cuidados com os filhos e o trabalho, submetidos a metas das chefias imediatas.

“Pode estar tudo normal para a presidente, para nós que estamos fazendo trabalho em casa não tem nada de normal, estamos numa rotina completamente alterada, sem estrutura adequada e sem qualquer preocupação do Judiciário em nos fornecer estrutura. A presidente trata como se estivesse tudo ok, e não está”, afirmou Marcus Vergne, diretor do Sintrajud e servidor do TRT-2.

Outra servidora Regional Paulista, Natália Bohrer relatou sua experiência durante a [live do Sintrajud](#). Ela contou que tem que dividir o único computador da casa com o marido, que também é servidor e, combinado com o cuidado do filho, os dois tiveram que adotar uma rotina de trabalho durante a madrugada. “Precisamos de um fluxo pra trabalhar, concentração, e só consigo isso quando ele dorme, às 22 horas. Daí, vou até às 3 horas, enquanto meu marido acorda às 4 horas para trabalhar”, afirmou a servidora.

A diretoria do Sindicato ressalta que a prestação jurisdicional é uma preocupação dos servidores, que fazem chegar à população os direitos sob guarda do Poder Judiciário, mas o funcionamento dos serviços não pode prejudicar a saúde física e mental dos trabalhadores que asseguram o direito à justiça. Por isso, ainda em março o Sintrajud requereu a suspensão da cobrança de metas durante a pandemia e acompanha denúncias de servidores sobre problemas no desenvolvimento do trabalho.

## **MPs que retiram direitos**

A presidente do TST também voltou a defender as medidas provisórias 927 e 936, editadas pelo governo Jair Bolsonaro, que preveem mudanças nos contratos dos trabalhadores por acordo individual, redução proporcional de salários e jornadas em até 70% por três meses e a suspensão do contrato de trabalho por 60 dias. Na opinião da ministra Maria Cristina Peduzzi, as medidas são “necessárias” para preservação de empregos.

“Os empregadores não têm condições de suportar o pagamento dos salários e vínculo ativo de algumas atividades que não têm como se exercidas pelo meio remoto. Por isso, vem a alternativa de suspender execução dos contratos e criar um benefício social que mostra a preocupação da solidariedade entre trabalhador, empregador e estado, para preservar a sociedade e tentar reduzir as consequências geradas pela

epidemia”, disse a ministra.

Na opinião da diretoria do Sintrajud, as medidas provisórias têm o objetivo de penalizar os trabalhadores durante a pandemia. Desde que entraram em vigor as MPs, milhões de trabalhadores tiveram redução salarial, suspensão contratual e foram obrigados a procurar alternativas para sobreviver. Segundo a sessão [Igualdades da Revista Piauí](#), desde a sanção da MP 936 centenas de empresas firmaram acordos coletivos com sindicatos para reduzir a jornada e o salário de funcionários. Até o meio de abril, para cada acordo que reduziu salários em 25%, outros dois acordos reduziram salários em 50% ou mais.

“O TST e outras instâncias da Justiça do Trabalho têm cumprido um papel muito ruim para a classe trabalhadora ao dar apoio a essas medidas, que retiram de direitos e garantias que os trabalhadores conquistaram. Vivemos sob um ataque conjunto dos três poderes”, afirmou Marcus Vergne. “Infelizmente, essas declarações da presidente demonstram que o Judiciário se coloca também como um ponto de apoio para garantir que os custos da crise do capital, que não foi criada por nós, será colocado nas costas dos trabalhadores”, finalizou o diretor do Sindicato.

---

## **Psicólogo discutiu o combate ao assédio moral durante a pandemia**

A preservação da saúde mental dos servidores e o combate ao assédio moral durante a pandemia foram os temas da vigésima *live* do Sintrajud, que aconteceu nesta quinta-feira, 14 de maio. No bate-papo virtual, o psicólogo Daniel Luca, professor



na Universidade Anhembi Morumbi, falou um pouco sobre como identificar, combater e denunciar as práticas de humilhação recorrente e violências psicológicas no exercício funcional que assumem novas formas no regime de teletrabalho compulsório. A transmissão também teve a participação das diretoras Inês Leal e Luciana Carneiro.

Desde o início da pandemia e da política de isolamento social para conter a disseminação do coronavírus, os servidores do Judiciário Federal tiveram que adotar o regime de trabalho remoto sem qualquer preparação, e conciliando as atividades funcionais com os cuidados domésticos e com os filhos. No entanto, mesmo diante das dificuldades, as administrações seguem estabelecendo metas inatingíveis (acima até dos índices estabelecidos fora do período da pandemia). O TRF chegou a expedir comunicado responsabilizando os servidores pela infraestrutura de segurança das redes de dados da Terceira Região, [o que foi questionado pelo Sintrajud](#).

O psicólogo explicou que durante a pandemia é necessário manter a atenção porque o assédio assume novas formas, principalmente, pela falta de compreensão com as mudanças no ambiente e estrutura de trabalho, as cobranças excessivas e até ameaças de retirada de funções comissionadas. “Numa situação de teletrabalho as ameaças podem acontecer sem que as outras pessoas vejam e percebam, pode ter características de certa perseguição ou opressão a um conjunto de pessoas, lidando de forma mais dura com aqueles que não se adaptam ao formato”, afirmou Daniel.

Para o psicólogo, o momento exige compreensão das administrações, pois as adversidades no ambiente de teletrabalho e a falta de fronteiras entre a atividade funcional e a vida pessoal, podem gerar dificuldades para os servidores. “Na pandemia a gente tem um acúmulo de elementos que são ponte de estresse que, obviamente, vão dificultar a produtividade de qualquer pessoa”, afirmou Daniel. “O Judiciário, enquanto instituição, tem que levar em

consideração que não estamos numa situação normal e, ao invés de exigir 30% a mais de produtividade, entender que é uma situação atípica, estressante e desesperadora e que caberia, inclusive, redução de produtividade”, destacou.

Dentre os principais problemas enfrentados pela categoria neste período, está a falta de equipamentos adequados. “A administração tem colocado nas costas dos servidores a responsabilidade pelo maquinário e até pelo antivírus do computador, tem casos de servidores que têm FCs, e que não possuem notebook ou internet em casa, e a resposta da administração que esses servidores utilizem a contrapartida financeira da sua função adquirir os meios necessários para cumprir essa tarefa”, falou Luciana Carneiro.

A diretoria do Sintrajud também defende que as administrações precisam dar suporte aos servidores, que não podem ser penalizados com a responsabilidade na compra de equipamentos e aumento em suas contas de energia elétrica, por conta da situação de teletrabalho. “Hoje estamos todos nesta situação, com pessoas que não têm computador ou cadeira adequada para realizar o trabalho, é impossível exigir aumento de a produtividade, é preciso que os tribunais tenham um olhar e uma sensibilidade para essa situação”, destacou Inês Leal.

## **Assédio e saúde mental**

Segundo Daniel Luca, a manutenção do vínculo com os colegas de equipe, seja por mensagens ou videochamadas, e a troca de experiência sobre o trabalho ajuda a identificar se está ocorrendo assédio. Além disso, o psicólogo orienta os servidores a manter um diário do assédio. “É importante ir anotando as situações, guardando *e-mails* e *prints* de conversa, isso ajuda na noção pessoal da situação e para o caso ação jurídica”, afirmou Daniel.

O psicólogo também chama a atenção para o autocuidado. “Quando o assédio moral acontece ele traz ansiedade, falta de

motivação e depressão, por isso é importante perceber sintomas como alterações da fome e do sono, ansiedade quando vai começar a trabalhar. São sinais que o corpo vai dando de que a coisa não estão bem”, ressaltou Daniel. “A prática de exercício físico ajuda na busca pela saúde mental, mesmo com pouco espaço, neste momento, é importante que a gente busque formas de praticar algum exercício”, finalizou o psicólogo.

Apesar da suspensão do expediente presencial no Sindicato, os atendimentos à categoria continuam. A diretoria, junto com o departamento Jurídico, acompanha as denúncias de assédio. Caso você esteja passando por isso, entre em contato com o Sintrajud pelo telefone (11) 98933-6276 ou pelo e-mail <sintrajud@sintrajud.org.br>.

### **Líves do Sindicato**

Durante o isolamento social, o Sindicato está realizando duas *lives* semanais, sempre às segundas (17h30) e quintas-feiras (11h), para manter o diálogo com a categoria. Os bate-papos virtuais são transmitidos pelas páginas no [Facebook](#), no [YouTube](#) e também aqui pelo *site*.

---

# **Psicólogo discute saúde mental e assédio moral durante a pandemia nesta 5ª**

A pandemia do Covid-19 forçou os servidores do Judiciário Federal, assim como milhões de trabalhadores, a adotar o regime de teletrabalho sem qualquer preparação e conciliando as atividades funcionais com os cuidados domésticos e com os

filhos. Diante de tal realidade e falta de preparo das administrações, o Sindicato tem recebido muitas denúncias de assédio moral, estabelecimento de metas inatingíveis (acima até dos índices estabelecidos fora do período da pandemia). Por isso, o tema da *live* do Sindicato que acontece nesta quinta-feira, 14 de maio, às 11h, será “Saúde mental e assédio moral na pandemia”, e será transmitida pelas páginas do Sintrajud no [Facebook](#), no [YouTube](#) e também pelo *site*.

Para debater o tema, o convidado será Daniel Luca, mestre em psicologia e professor na Universidade Anhembi Morumbi. O psicólogo atua na área de saúde mental relacionada ao trabalho. As diretoras Inês Leal e Luciana Carneiro também participam do bate-papo. O objetivo é debater os contornos assumidos pelo assédio moral neste período, como identificar e denunciar.

Esta será a vigésima *live* realizada desde o início do isolamento social para conter a disseminação de coronavírus. As transmissões foram o método adotado pela diretoria para manter o diálogo com a categoria e acontecem toda segunda-feira, às 17h30, e quinta-feira, às 11h. Os vídeos ficam disponíveis em todos os canais para consulta posterior, mas no momento da *live* é possível tirar dúvidas e obter esclarecimentos.

---

## **Servidores relatam experiências no teletrabalho em *live* do Sindicato**

As condições, problemas e desafios do regime de trabalho remoto no Judiciário Federal foram debatidos na *live* que

aconteceu nesta segunda-feira, 11 de maio. A diretoria do Sindicato convidou um servidor de cada ramo para contar um pouco da sua experiência diária nestes quase dois meses de expediente suspenso no Judiciário Federal em São Paulo. Participaram do bate-papo os servidores Eduardo Borges, da JF, Natália Bohrer, do TRT-2, Marcos Pereira, do TRE e diretor de base, além do diretor Fabiano dos Santos.

Os servidores relataram as dificuldades com a falta de equipamentos eletrônicos e móveis ergonomicamente adequados para a realização da jornada de trabalho. “O início foi bem complicado, na minha casa eu só tinha um computador velho que era ligado uma vez por ano para fazer a declaração do imposto de renda. No setor estávamos acostumados a trabalhar com duas telas, aqui em casa improvisei, mas não é igual”, afirmou Eduardo Borges. “Essa questão dos equipamentos faria uma grande diferença porque as pessoas não necessariamente trabalhavam em casa. Ficar horas sentado numa cadeira e numa mesa inadequada começa a gerar dores, e nesse aspecto a administração não está preocupada”, destacou o servidor.

Natália Bohrer, do TRT-2, também relatou o mesmo problema. “Tivemos que nos virar com o que tinha em casa desde que o isolamento começou, na minha casa somos, eu e meu marido, servidores, inclusive trabalhamos na mesma vara. Temos apenas um computador, que usávamos para coisas pequenas e, de repente, ele virou o instrumento de trabalho”, disse a servidora.

Além do uso de apenas um computador, Natália e o marido precisam conciliar o teletrabalho com os cuidados com o filho, que tem apenas dois anos. “Com uma criança pequena em casa a gestão se torna muito complicada e o trabalho, interminável. Precisamos de um fluxo pra trabalhar, concentração, e só consigo isso quando ele dorme, às 22 horas. Daí, vou até às 3 horas, enquanto meu marido acorda às 4 horas para trabalhar”, afirmou a servidora.

Outro problema relatado pelos servidores foi a falta de estruturação e resoluções claras por parte das administrações, que tornam a organização do trabalho tarefa da chefia imediata apenas. “A gente vem trabalhando com ferramentas como WhatsApp há muito tempo, inclusive de formas institucionalizada, em grupos com os chefes, nos quais informações e tarefas são passadas. O problema é que é feito de forma desregrada, sem horário, e às vezes até durante o fim de semana” afirmou Marcos Pereira. “As componentes espacial e temporal se perdem nessa falta de gestão, e ficamos o tempo todo disponíveis para pensar problemas do trabalho”, completou.

A diretoria do Sindicato vem ressaltando a todo momento que a prestação jurisdicional é uma preocupação dos servidores, que fazem chegar à população os direitos sob guarda do Poder Judiciário, mas não pode ser que o funcionamento dos serviços se dê à custa da saúde física e mental dos trabalhadores que asseguram o direito à justiça.

Na Justiça Eleitoral o problema é ainda maior, porque o calendário do pleito municipal deste ano ainda está mantido, apesar da pandemia. “A Justiça Eleitoral está tentando nos fazer cumprir um calendário como se estivesse tudo dentro da mais absoluta normalidade, como se estivéssemos bem. Eu não estou bem, tem amigos meus adoecendo e eu mesmo corro o risco de adoecer”, ressaltou Marcos.

Durante esse período, a diretoria do Sintrajud tem procurado acompanhar as demandas e denúncias de servidores sobre problemas no desenvolvimento do trabalho. Ainda em março, foi protocolado requerimento junto às administrações para suspensão das metas durante a pandemia. “A suspensão dos prazos não se refletiu na realidade dos servidores. O que vimos foi a intensificação do ritmo como se nada estivesse acontecendo, a administração desconsidera as diversas realidades dos servidores, que muitas vezes estão passando por uma série de fatores que alteram a estrutura nesse momento”, afirmou Fabiano dos Santos, servidor do TRT e dirigente do

Sindicato.

A diretoria, junto ao departamento Jurídico, também está em contato para atuar nas denúncias de assédio moral. “O trabalho no Judiciário Federal já é propenso a situações de assédio moral, e não é diferente neste momento. Como estamos sujeitos às chefias imediatas, o assédio assume novos contornos”, disse Fabiano. “É papel do sindicato acompanhar essa situação, e pedimos para todo colega que esteja passando por situações de assédio que procure o Sindicato”, destacou o diretor.

Para o servidor Marcos Pereira, a atual situação dos servidores leva à reflexão do que é necessário para o teletrabalho, quais as exigências os servidores podem fazer para os órgãos. “Queria até fazer um chamado aos colegas do TRE, para que possamos debater e construir um documento sobre nossas exigências para o teletrabalho e que este documento seja referendado no próximo congresso do Sintrajud”, finalizou Marcos.

### **Líves do Sindicato**

Esta foi a décima nona *live* do Sintrajud, que adotou os bate-papos virtuais para manter o contato com a categoria durante a quarentena. As lives acontecem sempre às segundas (17h30) e quintas-feiras (11h), com transmissão pelas páginas no [Facebook](#), no [YouTube](#) e também aqui pelo *site*. Além dos debates temáticos, os dirigentes da entidade sempre informam o que vem sendo feito durante esse período para defender os direitos dos trabalhadores do Judiciário.

As atividades presenciais do Sindicato estão suspensas, mas o atendimento às demandas da categoria continua. O telefone do plantão remoto é (11) 98933-6276.